ÉRICO RODRIGUES PILATTI

O sigilo bancário e os impactos tributários sobre as operações em bolsas:
estudo das limitações do acesso à informação sujeita ao sigilo bancário e os
impactos sobre a tributação aplicável às operações em bolsas

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação em Direito, da
Faculdade de Direito da Universidade de São
Paulo, como exigência parcial para a obtenção do
título de Mestre em Direito, na área de
concentração Direito Econômico, Financeiro e
Tributário, sob a orientação do Professor
Doutor Roberto Quiroga Mosquera.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

Nome: PILATTI, Érico Rodrigues.

Título: O sigilo bancário e os impactos tributários sobre as operações em bolsas: estudo das limitações do acesso à informação sujeita ao sigilo bancário e os impactos sobre a tributação aplicável às operações em bolsas.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob a orientação do Professor Doutor Roberto Quiroga Mosquera.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Em toda conclusão de um projeto, seja ele acadêmico, profissional ou de vida, entendo essencial olhar para trás e avaliar tudo o que foi vivido ao longo de sua gestação. O que fizemos, pensamos, estudamos, sentimos. Mas também entendo ser de suma importância perceber tudo o que, de outro modo, não se viveu, ou melhor, tudo o que aconteceu e não estávamos presentes.

E este balanço só resulta positivo, como o é no presente caso, quando olhamos ao redor e percebemos que nosso projeto também é, de alguma forma, e às vezes numa intensidade que surpreende, o projeto daqueles que são próximos e nos apoiam das mais diversas formas.

Dito isso, gostaria, em primeiro lugar, agradecer aos meus pais pelo exemplo permanente e pelos valores que me passaram, os quais cada vez mais vejo presentes em minhas ações.

Ao meu avô, eterna fonte de conhecimento, a quem sempre pude recorrer e com quem tenho uma parceria não só de neto, mas de amigo e discípulo, agradecer não só o apoio e carinho de sempre, mas também as ligações diárias para saber sobre o projeto e tentar entendê-lo.

À minha noiva e já quase esposa Yasmin, um agradecimento especial por todo amor, apoio, motivação, paciência e constante alegria que demonstra ao meu lado, seja neste ou em outros projetos que estamos construindo e que vamos construir juntos.

Ao meu irmão, agradeço por estar sempre presente e ser um constante apoiador em meus sonhos.

Aos meus amigos Ana, Eduardo, Hector, Maira e Rodolfo, agradeço pela amizade sincera, suporte para esta dissertação e constantes “cobranças” que me foram muito úteis.

A cada um dos integrantes da minha equipe na BM&FBOVESPA, meu muito obrigado por terem me auxiliado em grandes e pequenas tarefas do dia a dia, bem como em discussões pontuais sobre o tema desta dissertação, e que me permitiram conduzir de forma serena os estudos e trabalhos acadêmicos. A atuação de vocês foi essencial para meu projeto.

Gostaria de agradecer também à Grasiela pelo apoio para que eu pudesse conduzir de forma assertiva e eficiente tanto meus afazeres no trabalho quanto os estudos para esta frente acadêmica.

Aos colegas e amigos da pós-graduação e aos demais conhecidos da academia, em especial ao Prof. Falcão, meus agradecimentos pelas horas de conversa e discussões sobre temas tributários que enriqueceram meus conhecimentos e trouxeram ideias para este projeto.

Ao Quiroga, pela confiança em mim depositada para ser seu orientando e pelos conhecimentos que me transmite já há tantos anos.

Por fim, gostaria de agradecer cada um daqueles que, embora não citados nominalmente, me auxiliaram a concluir este projeto e permitiram que eu pudesse realizar mais este sonho. Meu muito obrigado!

Ao meu avô Luciano (Tito), pelo apoio em todos os momentos e pelos valiosos ensinamentos compartilhados do alto de seus mais de 100 anos de conhecimento.

RESUMO

PILATTI, Érico Rodrigues. **O sigilo bancário e os impactos tributários sobre as operações em bolsas**: estudo das limitações do acesso à informação sujeita ao sigilo bancário e os impactos sobre a tributação aplicável às operações em bolsas. 2017. 255 p. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico, Financeiro e Tributário) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

A presente dissertação trata sobre os impactos do sigilo bancário em relação à tributação das operações de renda variável em bolsa e em balcão. Busca demonstrar como o sigilo bancário impede o acesso da administração tributária a informações relevantes para o conhecimento sobre o mercado, suas operações cada vez mais complexas e a carga tributária incidente. Busca demonstrar, ainda, como o acesso a informações permitiria que a Receita Federal do Brasil (RFB), por meio de suas competências, atuasse sobre possíveis descompassos entre a realidade econômica das operações e a regra tributária existente, gerando eficiência e mitigando impactos negativos no mercado de capitais. Pretende-se, ao final, indicar possíveis soluções. No primeiro capítulo, aborda-se a questão das operações de renda variável no mercado de capitais, quais são e as discussões tributárias existentes. No segundo, desenvolve-se a explicação sobre o sigilo bancário, suas origens, definições e análise da doutrina, legislação e jurisprudência brasileiras sobre o tema. No terceiro, serão analisados os pressupostos constitucionais, as competências da RFB e como o acesso a informações, observados os direitos fundamentais e restrições legais, pode trazer impactos positivos para o mercado de capitais e para o sistema tributário. Ao final, pode-se concluir que há possíveis caminhos para a RFB ter acesso a informações de melhor qualidade sobre o mercado de capitais, gerando-se benefícios de eficiência, segurança e transparência.

Palavras-chave: Tributação. Sigilo bancário. Mercado de capitais. Competências da administração tributária. Eficiência.

ABSTRACT

PILATTI, Érico Rodrigues. **Bank Secrecy and Tax Impacts on Transactions in Stock and Futures Exchange**: Study of the limitations of access to information subject to banking secrecy and the impacts on taxation applicable to transactions in stock and futures exchanges. 2017. 255 pages. Dissertation (Masters in Economic, Financial and Tax Law) – Law School, University of São Paulo. São Paulo, 2017.

This essay discusses the impacts of the bank secrecy related to the taxation of equity trades on exchange and OTC markets. It aims to demonstrate how the bank secrecy prevents the access of the tax administration to relevant information about the market, its continuously more sophisticated trades and the its tax burden. It also seeks to demonstrate how the access to information would allow the Receita Federal do Brasil (RFB), based on its competences, to treat the potential unbalances between the economic reality of the trades and the existing tax regulation, promoting efficiency and mitigating the negative impacts to the capital markets. At its end, potential solutions are approached. The first chapter targets the equity trades on the capital markets as well as the current tax discussions. On the second chapter, an explanation about bank secrecy, its origins, definitions and doctrine is approached. The focus of the third chapter are the legal assumptions, the competences of RFB and how the access to information, considering the fundamental rights and legal restrictions, can lead to positive impacts on the capital markets and on the tax system. Finally, we can conclude that there are methods for the RFB to have access high quality information on the capital markets, leading to efficiency, safety and transparency.

Keywords: Tax. Bank secrecy. Capital markets. Tax authority competences. Efficiency.

LISTA DE ABREVIATURAS

Bacen	Banco Central do Brasil
CF	Constituição Federal
CMN	Conselho Monetário Nacional
COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COE	Certificados de Operações Estruturadas
CTN	Código Tributário Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DARF	Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DIMOF	Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira
DIRF	Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte
IPO	Oferta pública inicial (Initial Public Offering)
IR	Imposto de Renda
IRPF	Imposto de Renda Pessoa Física
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LC	Lei Complementar
RFB	Receita Federal do Brasil
RMF	Requisição de Informações sobre Movimentação Financeira
SCR	Sistema de Informações de Créditos
TDPF	Termo de Distribuição do Procedimento Fiscal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A TRIBUTAÇÃO DAS OPERAÇÕES NOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS	17
1.1 Os mercados financeiro e de capitais: objetivos	17
1.1.1 Características das operações no mercado de capitais	19
1.1.2 Mercados organizados de valores mobiliários	21
1.1.3 Estrutura dos agentes no mercado de capitais	22
1.2 Operações realizadas e registradas	24
1.3 Diferenciação entre operações denominadas de “renda fixa” e de “renda variável”	28
1.4 Os dados disponíveis e seus repositórios	32
1.5 O conceito de renda e as operações no mercado financeiro e de capitais	36
1.6 Tributação e histórico do imposto de renda aplicável às operações no mercado financeiro e de capitais	43
1.6.1 Histórico da legislação	43
1.7 As sistemáticas de tributação e arrecadação	55
1.7.1 Retenção fonte	56
1.7.2 Autorrecolhimento	58
1.8 Os dados necessários para fins de recolhimento e fiscalização	65
2 O SIGILO BANCÁRIO	69
2.1 Evolução histórica	69
2.2 Teorias, conceitos, definições e limites do sigilo	76
2.2.1 As teorias de proteção ao sigilo	76
2.2.2 A proteção aos direitos e às garantias fundamentais do ser humano	78
2.2.3 O sigilo, a privacidade e a intimidade	85
2.3 definições, objetos e limites do sigilo e do direito à privacidade	89
2.4 Previsão constitucional da proteção da privacidade e do sigilo bancário	95
2.5 Direito brasileiro: a privacidade e o sigilo bancário	101
2.5.1 O enfoque constitucional	107
2.5.2 A proteção aos dados (informações) e à comunicação	115
2.5.3 A Lei Complementar n. 105/2001 e sua regulamentação	120
2.6 Entes com acesso às informações e diferenças de acesso	132
2.6.1 Formas de acesso às informações pela administração tributária e suas limitações	132
2.6.2 O acesso às informações financeiras pelo BC e pela CVM	135
2.7 Influências externas	140
2.7.1 A visão da OCDE	140
2.7.2 FATCA e tratados para troca de informações	142
2.7.3 O GAFI/FATF, o COAF e o combate à lavagem de dinheiro	146
2.8 A oposição de sigilo bancário ao fisco	149
2.8.1 Posicionamento da doutrina sobre a oposição de sigilo bancário ao fisco	149
2.8.2 A recente jurisprudência sobre a oposição de sigilo bancário ao fisco	170
3 SIGILO BANCÁRIO E INEFICIÊNCIA IMPOSTA À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	181
3.1 Os princípios constitucionais em matéria tributária	182
3.2 Competências da administração tributária	190
3.2.1 Regulamentação, arrecadação e fiscalização	192

3.2.2 Auxílio ao executivo e ao legislativo em matéria Tributária (importância das informações para entendimento dos mercados e desenvolvimento das políticas econômica e tributária).....	198
3.3 Análise dos impactos tributários e econômicos do sigilo em matéria tributária relativos às operações de renda variável em mercado de capitais	204
3.4 Casos concretos de ineficiências do sistema tributário que impactam o mercado de capitais	220
3.5 As evoluções no mercado de capitais e os desafios da RFB para captura e utilização de informações	229
CONCLUSÃO	235
REFERÊNCIAS.....	247

INTRODUÇÃO

Olhar o mundo que nos rodeia resulta, necessariamente, na captura de uma série de informações que são processadas e interpretadas pelo cérebro, formando-se nele a imagem daquele mundo. Não enxergamos o mundo como ele é, mas sim a sua representação sob a ótica dos valores, experiências, ideologias e sonhos individuais. Talvez quanto mais luz haja sobre determinados objetos, ou por quanto mais tempo seja possível analisá-los, mais informações serão coletadas e, com elas, as representações podem ser mais bem formadas, aproximando-se muito do objeto real, permitindo a todos que o olhem dessa forma terem uma imagem o mais condizente possível com a do objeto. Esse processo não funciona só em nosso intelecto. Funciona para todo e qualquer processo cognitivo que se queira percorrer. Quanto maior a quantidade e mais clara a informação prestada a um determinado indivíduo, melhor será sua percepção da realidade. Obscuridade e sigilo enublaram os olhos. Inclusive da administração tributária.

O mercado de capitais possui uma vasta gama de operações que são nele cursadas, as quais, em grande medida, são negociadas em mercados de bolsa ou registradas em mercados de balcão organizado, destacando-se nesses mercados as operações de renda variável. Essas operações atendem, em grande medida, as necessidades financeiras dos investidores e, portanto, são objeto de constantes inovações financeiras que, uma vez aprovadas ou permitidas pelos reguladores do mercado de capitais (nominalmente, Banco Central do Brasil (“BC”) e Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)), têm o condão de serem colocadas à disposição dos investidores.

Em decorrência dessas operações os investidores restam por perceber rendimentos financeiros que são tributados pelo imposto de renda, sujeitando-se, nos termos da legislação tributária, a diferentes regimes de tributação, a depender da natureza da operação e de seus efeitos (renda fixa ou renda variável), do ambiente em que são cursadas (bolsa ou balcão) e do tipo de investidor, observadas, por óbvio, exceções.

Estes regimes de tributação previstos na lei atendem em grande medida as necessidades dos tipos de operações mais padronizados. Porém, quando surgem novos valores mobiliários e estruturas de operações de renda variável em bolsa ou em mercados de liquidação futura em balcão mais complexas e inovadoras, as naturezas das operações podem ser adequadamente identificadas e seus efeitos podem não ser exatamente aqueles de operações mais simples. Mesmo em relação a estas, em razão de situações operacionais ou

mesmo por puro desconhecimento do legislador, as regras tributárias podem acabar por serem incompatíveis com as naturezas das operações, resultando em efeitos negativos para a eficiência do mercado de capitais, tão sensível a assimetrias informacionais.

Um caminho a ser percorrido para se tentar sanar esta situação seria a edição de normas tributárias e a divulgação de interpretações pela administração tributária mais adequadas à realidade das operações cursadas no mercado de capitais. Isto, contudo, somente seria possível se uma informação adequada e consistente sobre as operações de renda variável negociadas em bolsa e registradas em balcão chegasse às instâncias competentes para promover a adequada interpretação e impulsionar a máquina pública para a edição de normas tributárias mais aderentes à realidade do mercado.

Nesse particular, cientes da dificuldade política de ser aprovada a reforma tributária tão prometida há anos pelos governos, seria de grande relevância para o mercado de capitais que a administração tributária pudesse adotar e se valer de outros mecanismos que não apenas a retenção-fonte como alternativa para o desenvolvimento da tributação de novas e complexas operações. Para tanto, mostra-se necessário que a administração tributária tenha acesso a informações sobre tais operações que permitam absorver o conhecimento sobre o funcionamento do mercado.

Entre essas alternativas estaria o fornecimento de informações de operações financeiras, em especial aquelas negociadas nos ambientes de bolsa e de entidades semelhantes. Isso porque nesses ambientes já são encontrados os requisitos técnicos e regulatórios necessários para o controle regular e contínuo dessas operações, sendo as informações obtidas nesses ambientes já utilizadas por CVM e Bacen, cada qual na medida de sua competência.

Estas informações poderiam auxiliar a administração tributária a melhor entender os mercados nos quais essas operações são negociadas, permitindo, em um segundo momento, a alteração da norma tributária para que ela possa ser adequada às inovações financeiras do mercado. Ademais, essas informações permitiriam ao fisco maior precisão em sua atividade fiscalizatória, gerando maior eficiência no combate à evasão tributária e desenvolvendo variáveis mais acuradas de controle da arrecadação (o que poderia permitir reduções de carga tributária em determinados segmentos). Isso é o que se busca analisar e provar.

Todavia, uma questão essencial precisa ser enfrentada para possibilitar o acesso da administração tributária a essas informações, sem necessidade de ordem judicial ou mesmo de procedimento administrativo previamente instaurado: o sigilo bancário das operações negociadas em ambientes de bolsa e de entidades assemelhadas.

O sigilo de informações encontra guarida constitucional, enquadrado dentro dos direitos fundamentais do indivíduo, especificamente do direito à privacidade e à intimidade. Este fundamento constitucional tem sido largamente discutido pelos tribunais brasileiros em relação ao direito de pessoas físicas e jurídicas não terem suas informações sobre operações financeiras fornecidas ao fisco, sendo o atual epicentro da discussão a constitucionalidade dos arts. 5º e 6º da Lei Complementar n. 105, de 10 de janeiro de 2001 (“LC 105/2001”).

Assim sendo, a flexibilização do sigilo bancário, ainda mais em questões que envolvem a necessidade de utilização das informações atinentes a operações no mercado de capitais pela administração tributária, será estudada para o fim de se verificar a possibilidade desse fornecimento, de informações financeiras sujeitas ao sigilo para as administrações tributárias, em especial a federal, sem a necessidade de ordem judicial (reserva de jurisdição).

Atualmente, a vedação imposta pela legislação para o fornecimento detalhado à administração tributária (a qual, em âmbito federal, seria a Secretaria da Receita Federal do Brasil (“RFB”)) de informações dos contribuintes, em razão do sigilo bancário, impede que a administração tributária, bem assim o legislador, tenham acesso a informações necessárias para formar o conhecimento adequado ao entendimento dos fatos da vida que devem ser objeto de tributação, em especial, no caso do presente estudo, as informações decorrentes de operações de renda variável no mercado de capitais, as quais, se adequadamente tributadas, poderiam reduzir a insegurança no mercado de capitais e promover a sua eficiência.

Assim, caso autorizada a administração tributária a ter acesso detalhado a informações hoje acobertadas pelo sigilo bancário, haveria a possibilidade de esta, em conjunto com o legislador tributário, propor alterações no sistema tributário em relação às hipóteses de incidência tributária existentes para as operações no mercado de capitais, de modo a ser verificada a devida arrecadação, a qual, eventualmente, poderia ser ponderada em relação à carga tributária total de um determinado segmento de mercado e tornada mais eficiente. Adicionalmente, poderia a própria administração tributária interpretar, dentro dos limites permitidos, a legislação já existente para o fim de enquadrar adequadamente as operações segundo a sua natureza.

A maior parte das análises realizadas até o momento acerca do tema “informações sujeitas ao sigilo bancário” e a possibilidade de acesso dessas informações pela administração tributária (estado da arte) tem se focado na utilização dessas informações para a promoção de políticas de fiscalização mais eficientes, ou então para demonstrar a eficiência

no trabalho do fisco caso tais informações fossem disponibilizadas sem a necessidade de requisição.

No entanto, no presente estudo buscar-se-á trazer uma abordagem diferenciada, com enfoque em como o acesso pela administração tributária às informações sujeitas ao sigilo bancário pode promover ganhos de eficiência para o fisco e para o mercado de capitais em razão da alteração da tributação sobre operações do mercado financeiro e de capitais, tendo em vista o aumento do conhecimento sobre tais operações, com consequente possibilidade de redução da carga tributária, aumento da eficácia de arrecadação e fiscalização tributária sobre tais operações, e promoção dos pressupostos e princípios que regem a ordem econômica, tornando o mercado mais eficiente.

Ademais, o acesso às informações financeiras permitiria ao fisco maior precisão em sua competência fiscalizatória, gerando maior eficiência no combate à evasão tributária e desenvolvendo variáveis mais acuradas de controle da arrecadação (o que poderia permitir reduções de carga tributária em determinados segmentos). Isso é o que se busca analisar e provar.

A administração tributária federal já recebe dos contribuintes e das instituições financeiras (sujeitos passivos da obrigação de sigilo bancário) uma série de informações financeiras relativas a operações no mercado de capitais, as quais, contudo, devem ser acessadas com base na referida LC 105/2001, e nos decretos que regulamentam seus arts. 5º e 6º, os quais são restritivos em termos de conteúdo da informação a que se permite o acesso. Mas poderiam ter seus limites alargados? Qual o limite da privacidade e do dever de sigilo bancário? O que é sigilo bancário? Até que ponto o acesso às informações financeiras pela administração tributária é diferente do acesso previsto para os reguladores do mercado de capitais?

Em busca dessas respostas, relevantes aos fins almejados pelo presente estudo, serão abordados/analizados determinados pressupostos teóricos que servirão como guia ao longo de seu desenvolvimento, tal como a proteção aos direitos e garantias fundamentais, como o direito à privacidade, nos termos em que assegurados na Constituição Federal do Brasil de 1988, que deve ser observada em sua plenitude, observados os limites que se verificam quando sopesados tais direitos e seus princípios e pressupostos com os demais princípios constitucionais, tal qual a arrecadação para manutenção do Estado. Assim, até que ponto deve ser garantida a proteção do sigilo bancário e até que ponto as informações sobre as operações financeiras não podem, em razão do sigilo bancário, ser acessadas pelas administrações tributárias?

A doutrina e a jurisprudência brasileiras têm reconhecido a importância do acesso a informações sujeitas ao sigilo bancário pelas administrações tributárias para que ela possa fazer valer sua competência fiscalizatória e arrecadatória, essenciais à manutenção e funcionamento do Estado. Mas, uma vez esmiuçadas as posições doutrinárias sobre o sigilo bancário e a jurisprudência do STF sobre a possibilidade de acesso pelo fisco às informações que estejam por ele acobertadas, buscar-se-á identificar outras competências da administração tributária federal que permitam a ela poder acessar, por fundamento diverso, informações necessárias ao melhor entendimento dos fatos sobre os quais incide a tributação.

Muito mais do que uma análise acerca das vedações impostas em relação à administração tributária para acesso a informações sujeitas ao sigilo bancário, o estudo tem por objetivo demonstrar como as interpretações da Receita Federal do Brasil (“RFB”) e o processo de criação da norma tributária podem ser prejudicados em razão da falta de informação qualitativa relevante para o entendimento sobre os setores da economia, como, no caso deste estudo, do mercado de capitais, comprometendo a sua eficiência econômica — a qual, juntamente com a equidade, são (ou pelo menos deveriam ser) objetivos do legislador tributário.

Nesse sentido, para a elaboração desta dissertação utilizou-se um método analítico-descritivo que, inicialmente, compreendeu a realização de pesquisa bibliográfica em livros, artigos de periódicos, monografias, textos técnicos especializados, bem como a leitura e interpretação da legislação e regulamentação pertinente, e, posteriormente, abrangeu a identificação, a comparação e a descrição das bases doutrinárias, dos dados técnicos e históricos coletados e das vinculações entre eles existentes, os quais, em conjunto com as premissas adotadas neste projeto, levaram às conclusões que serão, ao final, expostas.

Por meio do estudo foi realizada uma análise teórica da tributação das operações no mercado financeiro e de capitais, notadamente das normas que lhe são aplicáveis e dos conceitos por elas utilizados, os quais encontram guarida não apenas na norma tributária, mas em especial naquela que regulamenta o funcionamento dos mercados. Nesse sentido, mostra-se essencial a análise histórica da legislação/regulamentação, para o fim de demonstrar a evolução no tempo destas normas e como reagem às alterações verificadas no mercado que pretendem normatizar, inclusive sob o aspecto do fornecimento de informações.

Não obstante, também se lançou mão da dimensão empírica, já que decisões judiciais no âmbito tributário sobre sigilo bancário foram analisadas com o intuito de se verificar

como este último tem sido interpretado pelo Judiciário para fins de aplicação, com maior ou menor elasticidade em relação às limitações impostas pela norma.

De posse dos resultados dessas análises, efetuou-se a análise constitucional da matéria afeita ao sigilo bancário e fiscal, bem como dos limites ao fornecimento e circulação de informações relativas às operações no mercado financeiro e de capitais, em especial no que tange aos órgãos da administração tributária federal.

Dessa forma, realizadas as análises supramencionadas, obteve-se um arcabouço de conclusões suficientes para identificar o aumento do volume de informações para os órgãos da administração tributária, e identificar em que medida o acesso a tais informações é positivo para a melhoria da legislação e regulamentação tributária aplicável às operações de renda variável no mercado de capitais, bem como para a análise de eventuais impeditivos para o fornecimento dessas informações em decorrência do sigilo bancário e fiscal, buscando-se propor caminhos para tornar a tributação dessas operações mais eficientes.

As análises conduzidas ao longo da dissertação encontram-se divididas em três capítulos e uma conclusão. No **Capítulo 1** será analisado o tema dos mercados financeiro e de capitais, com o detalhamento de suas funções e das operações que são neles cursadas, com enfoque para as operações realizadas e registradas em mercados organizados de bolsa e de balcão, a fim de se demonstrar como a estrutura desses mercados, de seus participantes e das operações ali existentes permitem a construção de uma sistemática tributária específica para o imposto de renda. Também será trazido o histórico da legislação tributária do imposto de renda aplicável ao mercado de capitais, bem como indicadas as características e sistemáticas desta tributação a fatos geradores tão específicos (como o ganho líquido, por exemplo).

Ato contínuo, buscar-se-á analisar no **Capítulo 2** desde as origens conceituais e históricas do sigilo bancário de informações e da proteção à intimidade da pessoa, passando-se pela proteção do direito fundamental à privacidade e a constituição do conceito de “sigilo bancário”, com análise das bases legais que atualmente o amparam. Adicionalmente, será detalhado como a proteção ao sigilo bancário no Brasil é sistematizada, enfocando-se as instituições e órgãos públicos que figuram como atores dessa matéria, bem assim a visão da doutrina e da jurisprudência no Brasil e o caminho interpretativo que parece estar sendo trilhado.

Com essa visão, e estando delimitado o objeto da análise e as discussões doutrinárias e jurisprudenciais existentes, dar-se-á, no **Capítulo 3**, enfoque para os princípios constitucionais que regem o sistema tributário e para a problemática acerca da falta de

informações pela administração tributária, não apenas no que tange aos efeitos imediatos para a arrecadação, decorrentes das dificuldades enfrentadas pela fiscalização e controle das obrigações tributárias, mas também para fins de entendimento das hipóteses de incidência tributária e dos atos e fatos da realidade que a infirmam, sendo a análise direcionada a como a falta de informações prejudica a interpretação dos fatos da vida e leva a administração tributária, bem como o próprio Estado (na figura do Legislativo) a elaborar normas por vezes inadequadas, com reflexos negativos para os contribuintes, para a ordem econômica e, por fim, como que em um ciclo vicioso, à própria arrecadação.

Para alcançar os objetivos desse capítulo, o tema da ausência de acesso a informações pela administração tributária será abordado tanto pelo viés econômico como também pelo viés de análise estrutural da administração tributária, de suas competências, objetivos, funções e processos (inclusive aqueles de cunho tecnológico, cada vez mais importantes para o acesso, uso e controle de informações), no intuito de se demonstrar como a ausência de informações acarreta ineficiência para a atividade desse órgão, bem como para o próprio sistema tributário, refletindo esta ineficiência no mercado de capitais e em suas operações, eventualmente afetadas pelo desconhecimento sobre o seu funcionamento pela administração tributária. Ainda, tratar-se-á sobre a forma como o acesso a essas informações possibilitará o desenvolvimento de um mercado de capitais mais eficiente e com maior segurança jurídica, com uma norma tributária que reflita a natureza das operações financeiras. Tais estudos partem de uma premissa que se pretende ter sido comprovada nos capítulos precedentes: a falácia acerca da proteção às informações bancárias como objeto de proteção essencial da intimidade das pessoas.

Por fim, no capítulo destinado às **Conclusões**, serão delineadas as principais ideias e raciocínios levados a cabo ao longo do estudo, com o reforço dos resultados alcançados.

CONCLUSÃO

Concluídos os apontamentos, análises, ponderações e concatenações conduzidos ao longo da dissertação, é hora de se fazer um balanço das conclusões colhidas, esperando-se que elas possam auxiliar a limar dos olhos dos leitores a névoa que, como dito no início da Introdução, eventualmente impede que internalizemos a representação mais próxima possível de alguns objetos.

Conforme exposto, as operações com valores mobiliários de renda variável negociadas em bolsa ou registradas no mercado de liquidação futura de balcão organizado são sujeitas, nos termos da legislação do imposto de renda (Lei n. 8.981/95, em grande medida), à apuração do imposto de renda sobre o ganho líquido, que consiste no somatório mensal de todos os ganhos obtidos nos diferentes tipos de operações de renda variável no mercado de capitais (à vista, futuro, a termo e opções). Uma vez apuradas as bases de cálculo próprias de cada tipo de operação (por exemplo, em operações à vista, deve-se subtrair o custo médio do valor mobiliário ao valor da alienação), deve-se somar esses totalizadores (inclusive em caso de prejuízos), para se obter um ganho final, líquido, em relação ao qual incidirá a alíquota de 15%.

Excluem-se dessa sistemática as operações que, embora realizadas nesses ambientes específicos com valores mobiliários de renda variável, acabam, em decorrência da estrutura da operação, resultando em rendimentos pré-determinados. Essas operações, que, na realidade, produzem efeito de renda fixa, sujeitam-se ao imposto de renda na fonte, a ser apurado e recolhido pela instituição financeira que intermediar todas as operações estruturadas. A legislação tributária expressamente enumera algumas dessas operações — como aquelas denominadas de “box” (que consiste na operação de quatro opções, sendo duas vendidas e duas compradas, em posições opostas) e de “termo coberto” (que consiste na contratação de uma operação a termo de ações quando, na mesma data, já se adquire, no mercado à vista, a ação para entrega no futuro).

Essas são apenas algumas operações que podem ser estruturadas no mercado de renda variável, sendo compostas por várias operações mais simples, e que visam gerar efeitos diversos daqueles que inicialmente se presumiria obter com base nas operações isoladamente consideradas. E hoje, mesmo com o arsenal de obrigações acessórias de que a RFB dispõe para coletar informações dessas operações, não é possível se afirmar que os efeitos válidos

e diferenciados intentados pelos investidores serão identificados pelo órgão da administração tributária.

Isso não é bom nem ruim, a princípio. É apenas uma constatação sobre um fato preocupante em termos de fiscalização e arrecadação: podem existir estruturas de ganhos ou rendimentos no mercado de renda variável que são desconhecidos pela RFB em razão de não haver ferramentas adequadas à verificação da arrecadação e, menos ainda, para identificar se o recolhimento observou a real natureza da operação, do rendimento ou do ganho dela decorrente.

Como visto, na hipótese de serem realizadas operações no mercado de capitais que não tenham previsão legal específica para sua tributação, os seus resultados financeiros serão considerados rendimentos e tributados de acordo com o regime da retenção na fonte, sujeitos às alíquotas regressivas típicas de operações nas quais se obtenha resultados pré-determinados ou determináveis.

No entanto, haja vista a velocidade com que o mercado de capitais inova em termos de produtos e operações, atendendo aos anseios dos investidores, que se tornam cada vez mais sofisticados, por vezes são criados produtos disruptivos que não se enquadram perfeitamente nas hipóteses de incidência tributária previstas na legislação.

Em grande medida isso ocorre porque a legislação tributária, além de possuir um processo naturalmente mais moroso do que o do mercado para adaptação em razão do processo legislativo envolvido, possui bases que ainda estão voltadas para a tributação de mercados menos sofisticados, nos quais um sistema de naturezas binárias (renda fixa e renda variável) funcionaria. Demanda-se, nesse sentido, duas atitudes por parte da RFB: (i) que detenha conhecimento sobre o mercado para tentar buscar a interpretação que melhor atenda à natureza tributária dos novos produtos e valores mobiliários, observada a busca pela arrecadação; e (ii) atue perante as instâncias superiores do Judiciário, do Executivo e do Legislativo para promover as mudanças legais que entenda necessária a fim de aplicar o adequado tratamento tributário à nova operação.

Importante destacar que o presente trabalho não tem por objetivo questionar as decisões da política tributária, refletida há anos na legislação para que se tribute de tal e qual forma operações de renda fixa e operações de renda variável. O que se visou analisar foi que, havendo regras tributárias pré-estabelecidas para aplicação a essas operações, caso não houvesse decisão consciente para uma tributação diferenciada do padrão adotado para certa operação, estar-se-ia diante de uma das duas situações: (i) ou o fisco ainda não tinha tomado conhecimento sobre a existência da operação e, portanto, não poderia nem ter tido

conhecimento sobre seus efeitos danosos para poder remeter às instâncias superiores, (ii) ou o fisco não tinha como tomar conhecimento sobre a existência dessa operação diferenciada, situação que se mostra preocupante porque expõe a inexistência de ferramentas hábeis à disposição da RFB para captura da informação financeira necessária à avaliação dos efeitos tributários sobre operações no mercado de capitais.

Estes descompassos entre natureza econômica e incidência tributária geram ineficiências para o mercado de capitais, uma vez que os investidores podem não ter, ao final da operação, o resultado financeiro que era esperado inicialmente, mesmo que em operações de renda variável, tendo em vista que pode ter sido agregado um custo de transação (tributo) inesperado. E, sendo avesso a inseguranças e a assimetrias informacionais, o investidor se afasta desses mercados e/ou produtos, em detrimento do crescimento e do desenvolvimento do mercado de capitais nacional, tão caro e importante para que se tenha uma economia sólida e não exclusivamente dependente do financiamento bancário.

Para que o fisco possa avaliar os impactos que o sistema tributário impinge sobre determinadas operações do mercado de capitais, é preciso, previamente, que o fisco entenda e conheça esse mercado, seus participantes, sistemáticas, produtos e serviços, e fluxos financeiros existentes. A única solução para tanto é que a administração tributária, por meio de seu corpo técnico e do ferramental tecnológico posto à sua disposição, possa acessar informações financeiras desse mercado. Isso porque, em que pese os estudos e conhecimentos técnicos sejam relevantes, a informação financeira relativa a volumes, custos, fluxo de recursos, saldos negociados, movimentação e tantas outras informações derivadas dessas operações é que fornecerão a base de conhecimento técnico sobre cada tipo de operação dentro do mercado de capitais, identificando poças de liquidez e demonstrando como a tributação, em última instância, exerce um peso maior ou menor sobre cada operação.

Essa visão possibilitaria ao fisco, e, especificamente à RFB — uma vez que se está tratando de imposto de renda —, atender de forma plena os princípios constitucionais tributários da capacidade contributiva, da pessoalidade, da isonomia e da livre-concorrência, bem assim os princípios da administração tributária, em especial o da eficiência, seja ela funcional (relativa à adequada atuação do corpo técnico, buscando os melhores resultados com o menor custo e tempo possível), seja ela econômica ou material (relativa, esta sim, à eficiência no cumprimento dos objetivos da própria RFB, estando entre eles não apenas a arrecadação, mas também a fiscalização, o aperfeiçoamento das normas e interpretações tributárias, por iniciativa própria da RFB ou conjuntamente com as instâncias superiores do Judiciário, do Executivo e do Legislativo), e a identificação dos efeitos da carga tributária

sobre os mercados). A eficiência econômica deve levar, necessariamente, ao aprimoramento do sistema tributário brasileiro, por meio da execução e da condução das competências da administração tributária federal, nos termos do Decreto n. 63.659/1968.

Mas seria possível ao fisco acessar, livremente, as informações financeiras das operações de renda variável, à semelhança do que ocorre para os reguladores do mercado de capitais — que possuem acesso a toda a base de informações financeiras das operações cursadas em mercados que estão sob a sua competência de fiscalização e supervisão? Antes mesmo de se retomar as conclusões que foram identificadas ao longo do estudo sobre o sigilo bancário das informações financeiras, bem como de suas delimitações e limites de acesso, pode-se responder a tal pergunta negativamente, mas em termos.

Desde que se tem notícia, os clientes não têm interesse em que terceiros tenham conhecimento sobre e acesso às informações sobre as suas operações e riquezas, sendo sempre a discrição e a manutenção do segredo comercial pré-requisitos das relações com os bancos. Os séculos se passaram, e esta relação de confiança entre clientes e instituições financeiras evoluiu, passando, primeiramente, a ser o sigilo das operações um direito dos clientes resguardado pelo segredo da profissão bancária, contrapondo-se, para os bancos, a um dever de manutenção do segredo profissional.

Mais recentemente em termos da história mundial, e com o reforço, em especial depois da Segunda Guerra Mundial, à proteção dos direitos e às garantias fundamentais do ser humano, estes foram acolhidos pelas Constituições de diversos países, passando a deter *status* constitucional, da mesma forma que os deveres fundamentais (estes últimos, contudo, com menor destaque pela doutrina). Dentre estes direitos encontra-se o direito fundamental à privacidade, o qual foi previsto na Constituição Federal do Brasil em seu art. 5º, X.

A interpretação do artigo supracitado, bem como seus fundamentos ensejadores, tem levado a doutrina a entender que a Constituição busca proteger, dentre os direitos fundamentais e garantias individuais, o direito à privacidade, nele incluído o direito à intimidade, à vida privada e, em menor número na doutrina, ao sigilo de dados.³⁵⁷ Percebemos que todos esses direitos são facetas de uma mesma proteção: a da liberdade (negativa)³⁵⁸ do indivíduo.

³⁵⁷ MOSQUERA, Roberto Quiroga. **Tributação no Mercado Financeiro e de Capitais**. São Paulo. Dialética, 1ª ed., 1998, p. 64-68.

³⁵⁸ MACEDO Júnior, Ronaldo Porto. “Privacidade, Mercado e Informação”. In: NERY Junior, Nelson, e NERY, Rosa Maria de Andrade (org.). **Doutrinas Essenciais: Responsabilidade Civil: Direito à informação**. São Paulo, Revista dos Tribunais, v. 8, 2010, p. 26-39.

A previsão constitucional deste direito fundamental, bem assim o fato de que a Lei n. 6.385/1976 (na qual estava previsto o regramento para o sigilo bancário, em seu art. 38), em razão da matéria ali tratada, foi recepcionada em 1988 como lei complementar em linha com o disposto no art. 192 da Constituição, fez com que a matéria referente ao sigilo bancário fosse alçada à competência de lei complementar. Durante a década de 1990, uma série de questionamentos foi apresentada na doutrina e perante o Poder Judiciário em relação ao acesso a informações por órgãos públicos, relativas a uma gama variada de informações, sempre sob o fundamento de que o direito à privacidade havia sido elevado a *status* constitucional e, por ser formador do princípio da proteção da dignidade humana, não poderia ser violado.

Contudo, bem caminhou a jurisprudência pátria no sentido de pacificar que os direitos fundamentais, embora protejam valores essenciais dos indivíduos, não podem ser considerados absolutos, tendo em vista que outros princípios, direitos e deveres constitucionais podem com eles, por ventura, colidir. Nesse sentido, a interpretação e aplicação dos direitos fundamentais, inclusive o direito à privacidade, deve verificar o interesse a que se está protegendo para o fim de ser determinada sua adoção ou, eventualmente, sua relativização.

O direito à privacidade é, de fato, o objeto da proteção jurídica constitucional, sendo o sigilo faculdade deste direito. Ou seja, o sigilo é a faculdade de proteção do indivíduo contra o fornecimento de informações e fatos relativos à sua privacidade, bem assim de impedir o acesso de terceiros a estas informações. É, em essência, uma faculdade que protege e garante um interesse particular do indivíduo em manter a esfera da sua vida privada longe dos olhos de terceiros, inclusive do Estado.

Busca-se, dessa forma, proteger a liberdade do indivíduo naquilo que lhe é íntimo e privativo, de modo a impor limites à atuação arbitrária estatal. Contudo, o direito à privacidade e à intimidade e, em âmbito mais específico, ao acesso às informações dos indivíduos, desde que sopesados os pressupostos específicos (tal como tipo de informação que se busca acessar) não podem ser considerados direitos absolutos (como acima citado), haja visto outros princípios albergados pela mesma Constituição, tal como o princípio da prevalência do interesse coletivo sobre o particular,³⁵⁹ a necessidade de manutenção do Estado e o dever fundamental de pagar tributos.

³⁵⁹ “Algumas informações sobre situação financeira do cidadão são essenciais no julgamento de atos ilícitos, em especial na investigação de crimes contra a ordem financeira e de sonegação fiscal nos casos de tráfico

Nesse sentido, pondera Ronaldo Porto Macedo Júnior que

“um terceiro exemplo também mereceria reflexão. Trata-se do direito ao sigilo bancário, assunto que frequentemente tem despertado grande atenção dos estudiosos do tema da privacidade. *Frequentemente se quer eleger, ao menos no Brasil, o tema do sigilo dos rendimentos ao status de direito humano fundamental, garantido pelas cláusulas pétreas da Constituição Federal. Caberia indagar, no entanto, por que motivo este direito deve prevalecer sobre o interesse da sociedade em evitar evasão de recursos ou fraudes fiscais.* Argumentos de ordem econômica certamente podem ser invocados em favor do respeito da privacidade e do segredo como elementos de estímulo ao bom funcionamento do mercado. *Seria equivocado, contudo, imaginar que a garantia de um tal direito repousa exclusivamente sobre um princípio geral de direito fundado na liberdade.*”³⁶⁰ (grifos nossos)

A vida privada do indivíduo (aqui considerado tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas) pode ser agrupada em círculos concêntricos relativos às informações privadas que são (e não são) efetivamente íntimas. Por este raciocínio, as informações e fatos contidos no círculo mais interno correspondem à efetiva intimidade do indivíduo, não sendo passível de acesso por terceiros, nem pelo Estado. De outro modo, os demais círculos não são absolutos em termos de vedação de acesso, e admitem a intromissão de terceiros, desde que haja interesses fundamentados para tanto. As informações de cunho econômico-patrimonial, embora possam ter a potencialidade de informar questões íntimas dos indivíduos, não deveriam estar contidas em seu núcleo de intimidade, uma vez que se referem a eventos que, obrigatoriamente, interessam ao Estado em uma série de situações, como os controles realizados pelos reguladores do mercado de capitais.

Delimita-se, com isso, até que ponto o sigilo pode ser relativizado e impõe-se, como premissa para o acesso de terceiros às informações que não integram o núcleo da intimidade do indivíduo, a relevância e pertinência de seus interesses, sendo estes particulares ou vinculados ao Estado. Não haveria de se falar, portanto, quando existente um interesse legítimo e cumpridas as condições e requisitos que o identificam como tal, em “quebra” de

de entorpecentes e de desvio de recursos públicos. Há, assim, um interesse social superior ao individual que deve prevalecer, quando houver conflito entre o segredo e a necessidade da transparência das operações financeiras, retirando o caráter absoluto do direito ao sigilo bancário. Aqui está o ponto fulcral do presente estudo, que busca, a partir dos fundamentos e do estudo do sistema jurídico nacional e comparado, delinear o limite do interesse coletivo capaz de afastar o segredo nas movimentações financeiras, sem violação dos direitos fundamentais, tutelados pela Constituição Federal.” WALD, Arnaldo. “Sigilo Bancário e os Direitos Fundamentais”. In: WALD, Arnaldo (org.). **Doutrinas Essenciais: Direito Empresarial: Direito Bancário**. São Paulo, Revista dos Tribunais, v. 7, 2011, p. 838.

³⁶⁰ MACEDO Júnior, Ronaldo Porto. Op. Cit., p. 34-35.

sigilo, mas apenas em acesso permitido. Em especial quando, em contraposição a um direito fundamental de privacidade, coloca-se um dever fundamental, como o de pagar tributo.

Em razão das necessidades crescentes de se ter uma lei complementar que estabelecesse a regra quadro (com requisitos, limites e procedimentos) para o acesso de terceiros a informações, agora sim, especificamente financeiras (relativas a operações ativas e passivas com as instituições financeiras e a serviços financeiros por elas prestados), foi editada e promulgada, em 10 de janeiro de 2001, a Lei Complementar n. 105 (“LC 105”). A regra geral permanece sendo o sigilo bancário sobre tais informações, mas se estabelece de forma mais detalhada as hipóteses de exceção.

Na LC 105 o legislador define as instituições financeiras que são assim consideradas para o fim dessa lei, além de definir as hipóteses, requisitos e procedimentos que autorizariam alguns órgãos públicos, além das CPIs, a terem acesso a informações financeiras (ou bancárias) diretamente junto às instituições financeiras, e define como crime a “quebra” de sigilo bancário.

Relativamente ao acesso de informações financeiras pelas administrações tributárias, a LC 105 estabeleceu dois procedimentos: (i) um previsto no art. 5º, que se refere ao que foi denominado oficiosamente como “acesso sistêmico”, consistindo na prestação contínua de informações cadastrais e de montantes globais movimentados, por tipo de operação ou aplicação (conforme Decreto n. 4.489, de 28 de novembro de 2002), pelas instituições financeiras à RFB; e (ii) um segundo previsto no art. 6º, que se refere à prestação pontual de informações financeiras pelas instituições financeiras a administrações tributárias, desde que cumpridos os requisitos contidos na LC 105 e no Decreto n. 3.724, de 10 de janeiro de 2001, ou seja, *“quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente”*, sendo previsto procedimento específico para solicitação dessas informações, por meio de Termo de Distribuição do Procedimento Fiscal - TDPF instaurado e Requisição de Informações sobre Movimentação Financeira (RMF). Tais informações devem ser mantidas em sigilo pelos agentes do órgão da administração tributária, sigilo este decorrente do exercício de sua atividade (o denominado “sigilo fiscal”).

Em fevereiro de 2016 o STF pacificou entendimento sobre outra discussão existente em relação ao sigilo bancário no Brasil: a inexistência de reserva de jurisdição para fins de acesso a informações financeiras sujeitas ao sigilo bancário, nos termos do julgamento conjunto realizado do RE 601.314/SP (este com repercussão geral), relatado pelo Min. Edson Fachin, e das quatro ações diretas de inconstitucionalidade (ADI 2390/DF; ADI 2859/DF;

ADI 2386/DF; ADI 2397/DF), todas apensadas, por conexão, para julgamento comum, tendo como relator o Min. Dias Toffoli. As ações discutiam, em síntese, a inconstitucionalidade dos arts. 5º e 6º da LC 105, bem assim seus decretos, e o STF faz valer a tese segundo a qual ocorre transferência do dever de sigilo quando as instituições financeiras fornecem às administrações tributárias informações financeiras sujeitas ao sigilo bancário.

Como principais argumentos para a declaração de constitucionalidade dos citados dispositivos, os ministros do STF destacaram, além do fato de o direito ao sigilo não ser absoluto, que (i) a prática prevista na LC 105/2001 é comum em vários países e a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos questionados seria um retrocesso diante dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil para combater ilícitos como a lavagem de dinheiro e evasão de divisas e para coibir práticas de organizações criminosas; (ii) a LC 105/2001 não viola a CF/88, uma vez que o legislador não estabeleceu requisitos objetivos para requisição de informação pela administração tributária às instituições financeiras e exigiu que, quando essas informações chegassem ao Fisco, ali se mantivesse o dever de sigilo; não há ofensa à intimidade ou a qualquer outro direito fundamental, pois a LC 105/2001 não permite a “quebra de sigilo bancário”, mas sim a transferência desse sigilo dos bancos ao Fisco; e (iii) o art. 6º da LC 105/2001 é taxativo e razoável ao facultar o exame de documentos, livros e registros de instituições financeiras somente se houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.

É interessante notar, uma vez superadas as discussões havidas desde o final dos anos 1980 sobre a possibilidade de acesso pelas instituições financeiras às informações financeiras sujeitas ao sigilo bancário, que todas as principais discussões existentes no Poder Judiciário sobre o tema do sigilo bancário versavam sobre a possibilidade de acesso pela administração tributária às informações financeiras por ele resguardadas, na tentativa de se evitar que o fisco, ao acessar tais informações, pudesse promover procedimentos de cobrança de tributos.

Podem-se tirar algumas conclusões desta hipótese. A primeira delas é que a discussão da oposição do sigilo bancário ao fisco parece ter sido superada, tendo sido declarada a constitucionalidade dos arts. 5º e 6º da LC 105 e de seus decretos, para fins de ser entendido que, observados os requisitos e procedimentos legais previstos, ocorre a transferência do dever de sigilo das instituições financeiras para o fisco, não havendo reserva de jurisdição.

A segunda conclusão é que o que se buscava, de fato, ao opor sigilo bancário ao fisco, era evitar a realização de procedimentos de fiscalização nos contribuintes, o que, por si só,

não poderia ser considerado um argumento, uma vez que (i) cumprir com as obrigações tributárias principais e acessórias é um dever dos contribuintes, sendo a fiscalização competência inata aos órgãos da administração tributária para fazer cumprir a norma, e (ii) eventual alegação no sentido de que o fisco poderia ser mais rígido em fiscalizações não se sustenta, tendo em vista estar o fisco sujeito aos princípios e deveres da Administração Pública, sendo seus atos vinculados (isso não quer dizer que não haja excessos por parte do fisco em fiscalizações, mas os princípios e a letra da lei protegem o contribuinte).

A terceira conclusão é que os procedimentos de fiscalização conduzidos pela RFB, em âmbito federal, seja por meio de coletas contínuas de informação (acesso sistêmico), nos termos do art. 5º, seja por meio de solicitações pontuais de informação, nos termos do art. 6º, ambos da LC 105, permitem ao fisco coletar uma série de informações (muito mais precisas no segundo procedimento, mas muito abrangentes no primeiro), que lhe dão a possibilidade de promover cruzamentos com informações detidas em razão de declaração direta do contribuinte, mas não são suficientes para verificar a regularidade de bases de cálculo como a dos ganhos líquidos em operações de renda variável em bolsa ou de liquidação futura em balcão organizado.

E, como quarta conclusão, percebe-se que o fundamento sempre utilizado para o acesso (e o combate a ele) pelo fisco às informações financeiras sujeitas a sigilo bancário é, exclusivamente, a arrecadação e sua manutenção ou majoração. Contudo, caso seja adotada esta premissa, apequenar-se-ia a atividade da administração tributária, pelo menos a da União, objeto de análise deste trabalho, uma vez que, nos termos das alíneas do art. 3º do Decreto n. 63.659, de 20 de novembro de 1968, existem várias outras e relevantes competências da RFB, não se limitando esta à atividade de arrecadação, em que pese esta seja, ao fim e ao cabo, um de seus grandes objetivos.

Em razão de suas competências institucionais — as quais devem, pelos princípios da Administração Pública, ser observadas em sua integralidade —, a RFB deve (i) propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação do Código Tributário Nacional, e outras de política fiscal e tributária que devam ser submetidas à consideração superior (alínea “b”); (ii) interpretar a legislação fiscal relacionada com suas atribuições, baixando ato normativo (alínea “d”); e (iii) estudar os efeitos da política tributária no complexo industrial e no comércio interno e externo do país (alínea “f”)

Com isto em mente, deve-se retornar à análise da tributação das operações de renda variável no mercado de capitais para concluir que a RFB, pela legislação em vigor, e para atender às suas competências institucionais, deveria buscar informações junto ao mercado

de capitais e seus participantes não apenas para fins de arrecadação, mas também para fins de “*estudar os efeitos da política tributária*” sobre as operações de renda variável com valores mobiliários em bolsa e liquidação futura em balcão organizado, de modo a, com base no resultado desses estudos, promover a verificação das interpretações conduzidas em âmbito regulamentar da própria RFB sobre a tributação dos ganhos de tais operações e, eventualmente, “*propor medidas de aperfeiçoamento*” e regulamentação às instâncias superiores, em relação ao CTN e à legislação e às políticas tributárias.

Atuando desta forma, a RFB poderá compreender melhor a dinâmica do mercado, seu funcionamento e fluxos financeiros, não se restringindo a fiscalizar as operações do mercado de capitais e, com base em uma legislação eventualmente simplista demais para a realidade que lhe apresenta, tributá-la sob uma ótica formalista, perpetuando no tempo uma carga tributária que pode não se coadunar com a efetiva natureza tributária do resultado que a RFB, nos dias atuais, acaba por visualizar por meio da parca quantidade de informações hoje colocada à sua disposição.³⁶¹

As competências acima mencionadas somente se aperfeiçoarão com a possibilidade de acesso da RFB a informações das operações de renda variável, do mercado de capitais, de seus participantes e dos fluxos financeiros, que resultará em conhecimento para a RFB e seus servidores. E isso pode se dar, desde já, por meio da utilização das informações enviadas pelas instituições financeiras à RFB continuamente, por meio de informes e obrigações acessórias, tendo em vista que o art. 5º, § 4º, da LC 105, não limita o uso daquela informação às fiscalizações para identificação de “*indícios de falhas, incorreções ou omissões, ou de cometimento de ilícito fiscal*”, sendo possível que a RFB a utilize para outras de suas competências, tendo em vista que o sigilo bancário já foi transferido das instituições financeiras para a RFB, tornando-se sigilo fiscal.

As informações prestadas hoje ao fisco, diretamente ou por meio das instituições financeiras, servem em grande medida à identificação da regularidade do cumprimento das obrigações tributárias ou de indícios que apontam para a existência de irregularidades, as quais serão atacadas de acordo com os procedimentos de fiscalização pertinentes. As informações capturadas junto às instituições financeiras servem para fins de cruzamento de dados e identificação das referidas irregularidades, mas pouco acrescem ao fisco em termos de conhecimento sobre os mercados financeiro e de capitais e seu funcionamento, uma vez

³⁶¹ ANDRADE, José Maria Arruda de. Interpretação e Aplicação da Lei Tributária: da Consideração Econômica da Norma Tributária à Análise Econômica do Direito. In: MACHADO, Hugo de Brito (Coord.). **Interpretação e Aplicação da Lei Tributária**. São Paulo: Dialética, 2010, p. 204.

que se restringem basicamente a somatórios estanques de valores de operações e aplicações divididas em alguns mercados.

Para que possa melhor e de forma mais eficiente cumprir com suas competências de análise de efeitos da carga tributária sobre o mercado e de promoção de ajustes na legislação e política tributárias (podendo atuar desde pronto naquelas normas regulamentares e nas interpretações fornecidas), a RFB deveria ter acesso a uma base de informações mais abrangente. Estas informações não precisariam ser individualizadas, uma vez que o enfoque da atuação não seria, pelo menos a princípio, arrecadar, mas sim buscar o aperfeiçoamento do sistema tributário. Nesse sentido, poder-se-ia tanto (i) desenvolver a tributação na fonte das operações de renda variável no mercado de capitais, desde que se assumissem determinadas premissas que tornariam possível uma apuração de base de cálculo adequada pelos responsáveis (seguindo a informação os caminhos hoje já existentes, mas podendo ser proposta alteração no art. 3º, VI, do Decreto n. 4.489/2002, para aumentar o número de tipos de operações nas alíneas ali contidas), como também (ii) instituir, com base em premissas que enfoquem o tipo de informação que cada instituição financeira participante do mercado detém em suas bases, relatórios de informações consolidadas sobre os mercados, trazendo volumes, quantidade de operações e valores mobiliários negociados ou registrados, bem assim outras informações que sejam necessárias ao entendimento e conhecimento dos mercados e suas dinâmicas.

Para que o fisco possa promover a totalidade de suas competências, dentre elas auxiliar na criação da norma tributária, bem assim tornar tanto sua atuação como entidade como as normas sob as quais deve atuar e aquelas que edita (regulamentares) mais eficientes, fundamental que sejam criados novos formatos para prestação de informação ao fisco, não apenas em nível individual dos contribuintes, mas também em âmbito consolidado pelas instituições financeiras que detêm informações do mercado e podem consolidá-la com melhor inteligência, com vistas a fornecer ao fisco informações que, sem identificar os contribuintes, demonstrem crescimento ou redução do mercado, as formas como eles se integram e interagem, seus vasos comunicantes, para, ao fim, o fisco poder não só buscar a arrecadação (sempre o fim primeiro da administração tributária), mas também identificar, eventualmente, como o tributo pode estar sufocando e cerceando o crescimento de determinados mercados, podendo sugerir ajustes na carga tributária ali existente (com base nos princípios constitucionais tributários e nos “direcionadores” do imposto de renda, como o seu caráter pessoal e a capacidade contributiva).

Com isso, a RFB estará exercendo suas competências em sua completude, de forma eficiente e com resultados eficientes, uma vez que, servindo as informações como base para a melhoria do sistema tributário, e sendo promovidas as alterações que passarão a ser identificadas como necessárias, tornar-se-á mais transparente a forma de aplicação da norma à realidade fática, bem como os efeitos que a norma tributária gerará sobre as operações, reduzindo a insegurança sobre a interpretação da norma tributária em relação a um mercado tão sensível a assimetrias informacionais e a oscilações repentinas de comportamento.

REFERÊNCIAS

ABRAÃO, Nelson. Direito Bancário. 7ª ed. (revista, atualizada e ampliada por Carlos Henrique Abraão). São Paulo: Saraiva, 2001.

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ANDRADE, José Maria Arruda de. Interpretação e Aplicação da Lei Tributária: da Consideração Econômica da Norma Tributária à Análise Econômica do Direito. In: MACHADO, Hugo de Brito (Coord.). Interpretação e Aplicação da Lei Tributária. São Paulo: Dialética, 2010.

BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 9ª Edição. Rio de Janeiro, Forense, 1977.

BALTAZAR Júnior, José Paulo. “Considerações sobre o Sigilo Bancário”. Revista Brasileira de Ciências Criminais n. 36.

BARBEITAS, André Terrigno. O sigilo bancário e a necessidade de ponderação dos interesses. São Paulo, Malheiros, 2003.

BARCELLOS, Ana Paula de. Ponderação, racionalidade e atividade jurisdicional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BARROS, Suzana de Toledo. O Princípio da Proporcionalidade e o Controle de Constitucionalidade das Leis Restritivas de Direitos Fundamentais. Brasília, Brasília Jurídica, 2003.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 5. Ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

BARROSO, Luís Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. In: BARROSO, Luís Roberto (org.). A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BASTOS, Celso Ribeiro. Sigilo Bancário. Parecer, in Estudos e Pareceres: Direito Público. São Paulo: RT, 1993

BELLOQUE, Juliana Garcia. Sigilo Bancário. Análise crítica da LC 105/2001. São Paulo: RT, 2003.

BIFANO, Elidie Palma. O mercado financeiro e o imposto sobre a renda. 2ª. ed. atual. e ampl. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

BONAVIDES, Paulo. Do Estado Liberal ao Estado Social. 7ª Edição. São Paulo, Malheiros, 2004.

BRADLEY, Vincent. Four Financial Innovations That Will Drive Growth in 2015. Disponível em: <http://insights.wired.com/profiles/blogs/four-financial-innovations-that-will-drive-growth-in-2015>. Acessado em 14.12.2016.

BRUE, Stanley. História do pensamento econômico. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

CAMBI, Eduardo; POMPÍLIO, Gustavo. Sigilo bancário: A visão do STF sobre o acesso direto pelo fisco sem autorização judicial. Revista da AJURIS, v. 41, n. 135, 2014.

CAMPOS, Gabriel Gealh de. Violação dos direitos e garantias individuais do contribuinte na atividade fiscalizadora da administração tributária. Revista de Direito Público, Londrina, v. 4, n. 1, p. 219-235, 2009.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 27ª. ed. rev., ampl. e atual. até 31-12-2013. São Paulo: Atlas, 2014.

CARVALHO, Márcia Haydée Porto de. Sigilo bancário — à luz da doutrina e da jurisprudência. Curitiba, Juruá, 2007.

CASTRO, Aldemario Araujo. A constitucionalidade da transferência do sigilo bancário para o fisco preconizada pela lei complementar n. 105/2001. Jus Navigandi, Teresina, n. 51, 2001.

CAVALCANTE, Denise Lucena. Sigilo bancário e o devido processo legal. Revista da AGU, Brasília, Edição Especial, 2002.

CENEVIVA, Walter. Segredos Profissionais. São Paulo: Malheiros, 1964.

COOFFEE JR., John C. The Acquiescent Gatekeeper: Reputational Intermediaries, Auditor Independence and the Governance of Accounting, Columbia Law School, The Center for Law and Economics Studies, Working Paper No. 191, May 21, 2001. Disponível em: http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract_id=270944. Acesso em: 17.05.2016.

COSTA Júnior, Paulo José da. O Direito de Estar Só. A tutela penal do direito à intimidade. 3ª. ed. São Paulo: Siciliano Jurídico, 2004.

COSTA, Alcides Jorge. “Conceito de Renda Tributável”. In MARTINS, Ives G. S. (coord.). Estudos sobre o Imposto de Renda (em memória de Henry Tilbery). São Paulo: Resenha Tributária. 1994.

COVELLO, Sérgio Carlos. O sigilo bancário: com particular enfoque na sua tutela civil”. 2ª Ed. São Paulo, Leud, 2001.

COVELLO, Sérgio Carlos. “O Sigilo Bancário como Proteção à Intimidade”. Revista dos Tribunais nº 648. RT, outubro 1989.

COVELLO, Sérgio Carlos. O Sigilo Bancário como Proteção à Intimidade. Dissertação de Doutorado em Direito Comercial apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

CRETELLA JR. Comentários à Constituição de 1988, 3ª Edição, v. I.

CRUZ, Edineide Pinto da. Constitucionalidade da transferência de informações bancárias para a Receita Federal preconizada na lei complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. 2012. 81 f. Monografia (Graduação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

DELGADO, José Augusto. O Sigilo Bancário no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem. São Paulo, n. 13, p. 13-51, jan./mar. 2001.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 4ª Edição. São Paulo, Saraiva, 2012.

FARIA, Wilson Rodrigues de, e ROCHA, Alessandra M. Gonsales. “O Combate Internacional à Evasão Fiscal – Como FATCA pode afetar as instituições financeiras brasileiras.”. In: Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais. São Paulo, Revista dos Tribunais, ano 16, nº 59, março, 2013, p. 383-392.

FATF/GAFI. Relatório de Avaliação Mútua - Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo – República Federativa do Brasil - FATF/GAFI, de 25/06/2010, p. 07: <http://www.coaf.fazenda.gov.br/links-externos/Sumario%20Executivo%20Brasil%202010.pdf>

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 5ª Edição. Salvador, Jus-Podivm, 2013.

FERRAZ Júnior, Tércio Sampaio Ferraz. Sigilo de dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, v. 88, 1993.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo, Atlas, 1988.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Sigilo de dados: O Direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado, in Cadernos de Direito Tributário e Finança Públicas, 1/141, 1992

FERRER, Maria José Guillén. El secreto Bancario y sus limites legales. Valência: Tirant lo blanch, 1997.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: produtos e serviços. 19ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2013.

FRATTINI, Luciana Marques dos Reis. Ao Ministério Público da união e à Receita Federal brasileira, tudo? uma análise crítica à lei complementar 105 de 2001 como possível meio de coibir o crime de Sonegação Fiscal. Biblioteca Digital Fundação Getúlio Vargas. Direito Rio - Trabalhos de Conclusão de Curso da Graduação, 2015-06.

FREGADOLLI, Luciana. O Direito à intimidade. In: Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. São Paulo: Revista dos Tribunais. v. 19.

GOLDSCHMIDT, Fabio Brun. O princípio do não-confisco no direito tributário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

GOLDSCHMIDT, Fabio Brun; VELOSO, Andrei Pitten. Princípio da eficiência em matéria tributária. In MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). Princípio da eficiência em matéria tributária. Pesquisas tributárias. Nova série, n. 12. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

GOMES, Noel. Segredo bancário e direito fiscal. Coimbra: Almedina, 2006, p. 26-27.

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 9ª ed., 2004.

GRECO, Marco Aurélio. Sigilo das operações de instituições financeiras. Parecer no Processo IASP 01/279. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, n. 9, jan-jun/2002.

HAGSTROM, Carlos Alberto. Comentários à Lei do Sigilo Bancário. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editora, 2009.

ICHIHARA, Yoshiaki. Princípio da eficiência em matéria tributária. In MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). Princípio da eficiência em matéria tributária. Pesquisas tributárias. Nova série, n. 12. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

LENZA, PEDRO. Direito Constitucional Esquematizado. 19. Ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

LIMA, Carlos Henrique Falcão de. As trocas de informação fiscais entre Estados estrangeiros na prevenção e combate à lavagem de dinheiro. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011

LIMA, Emanuel Marcos; REZENDE, Amaury José. Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer. Disponível em: http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=subsecao&cod_edicao_subsecao=167&cod_evento_edicao=21&interna=true#enapg.

LIMBERTO, Andrea; BARBOSA, Sílvia Henrique Vieira. Informação X intimidade: o direito à proteção da própria imagem. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-2543-1.pdf>>.

MACEDO Júnior, Ronaldo Porto. “Privacidade, Mercado e Informação”. In: NERY Junior, Nelson, e NERY, Rosa Maria de Andrade (org.). Doutrinas Essenciais: Responsabilidade Civil: Direito à informação. São Paulo, Revista dos Tribunais, v. 8, 2010, p. 26-39.

MACEDO, Amílcar Fagundes Freitas. Sigilo - bancário e fiscal, Revista do Ministério Público do RS, Porto Alegre, n. 62, nov. 2008 – abr. 2009,

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Forense, 1987.

MAEBAYASHI, Auro Kazuto. Transferência de informações submetidas ao sigilo bancário. PUC-RS, 2008.

MARINS, James. Direito Processual Tributário Brasileiro. 4. ed. São Paulo: Dialética, 2005.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Inconstitucionalidades da Lei Complementar 105/2001. Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem, n. 11, 2001.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Tratado de direito financeiro. Vol. 2 / Ives Gandra da Silva Martins, Gilmar Mendes e Carlos Valder do Nascimento. — São Paulo: Saraiva, 2013.

MARTINS, Ives Gandra Da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. Sigilo bancário, Direito de autodeterminação sobre informações e princípio da proporcionalidade, in Repertório IOB de Jurisprudência, 2ª quinzena de dezembro de 1992

MATTOS FILHO, Ary Oswaldo. Os ganhos de capital como elemento tributável. Revista de Administração de Empresas. Vol. 14, nº 1. São Paulo, Jan./Feb. 1974.

MEIRELLES, Hely Lopes et al. Direito administrativo brasileiro. 39ª ed., atualizada até a Emenda Constitucional 71, de 29.11.2012. São Paulo: Malheiros, 2013.

MELLO FILHO, José Celso de. Constituição Federal Anotada. 2ª Ed. ampl. São Paulo, Saraiva, 1986.

MENDES, Emerson Soares. O sigilo bancário e a recente posição do STF. Revista de Direito Empresarial, vol. 6/2014, p. 133 – 151, Editora Revista dos Tribunais, nov./dez. 2014.

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 10. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. São Paulo, Saraiva, 2012.

MIRANDA, Pontes de. Comentários à Constituição de 1967, com a Emenda n. 1, de 1969. Tomo V. 3. ed. Rio: Forense, 1987.

MIRANDA, Pontes de. Democracia, Liberdade, Igualdade [Os três caminhos]. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1979.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de Direito Privado, Tomo VII.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MORAES, Alexandre de. Direitos Humanos Fundamentais. 3ª Ed. São Paulo, Atlas, 2000.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Temas de Direito Processual (sexta série). São Paulo, Saraiva, 1997.

MOSQUERA, Roberto Quiroga. Tributação no Mercado Financeiro e de Capitais. São Paulo. Dialética, 1ª ed., 1998.

NIGRI, Tânia. Sigilo bancário: direito à intimidade e à vida privada? Acessível em <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI13140,31047-Sigilo+bancario+direito+a+intimidade+e+a+vida+privada>,

OCDE Annual Report of the Global Forum: Tax Transparency 2013: Report on Progress” Disponível em <http://www.oecd.org/tax/transparency/GFannualreport2013.pdf>.

OCDE. “*The Global Forum on Transparency and Exchange of Information for Tax Purpose*”. Disponível em: <http://www.oecd.org/tax/transparency/abouttheglobalforum.htm>. Acessado em 09 de outubro de 2016.

OECD/G20 Base Erosion and Profit Shifting Project 2015 final reports. Executive Summary. Disponível em <https://www.oecd.org/ctp/beps-reports-2015-executive-summaries.pdf>. Acessado em 14.12.2016.

PAULA, Ideval Inácio de. O sigilo bancário sob o aspecto constitucional: direito e garantias individuais —limitação ao direito individual, jun. 2000.

PILATTI, Érico Rodrigues. Notas sobre a incidência do imposto de renda em operações com contratos futuros realizadas pro nacionais no exterior e a importância do conceito de “ajuste diário”. In: MOSQUERA, Roberto Quiroga (Org.). O direito tributário e o mercado financeiro e de capitais. 2º vol. São Paulo: Dialética, 2010.

PILATTI, Érico Rodrigues. Problemática do Conceito de Entidades Assemelhadas. 2012. Tese de conclusão de curso (Direito Tributário) – INSPER, São Paulo, 2014.

PINHEIRO, Armando Castelar; Saddi, Jairo. Direito, economia e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PRODANOFF, Cristina Rodrigues Leitão. Sigilo Bancário. Monografia Final de Especialização em Direito Processual Tributário. Universidade De Brasília –Escola De Administração Fazendária, Rio de Janeiro, 2008.

QUIROGA, Roberto. PICONES, Matheus Bertholo. Tratamento tributário dos instrumentos financeiros híbridos. Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e distanciamentos). Dialética: São Paulo, 2011.

REALE, Miguel. 1º Ciclo de Estudos de Direito Econômico.

RODRIGUES, Alberto Carlos de Aguiar. A inconstitucionalidade da quebra do sigilo bancário pelas autoridades tributárias no âmbito do processo administrativo fiscal sem autorização do Poder Judiciário. Monografia Final de Especialização em Direito Tributário. Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2016.

SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes. O acesso direto aos dados bancários por parte do fisco: a transferência do sigilo bancário para o sigilo fiscal. Revista Fórum de Direito Tributário, Belo Horizonte, v. 2, n. 11, set. 2004. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/42151>>. Acesso em: 03 out. 2016.

SARAIVA FILHO, Oswaldo Othon de Pontes. Sigilo Bancário E A Administração Tributária No Brasil. Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília: Escola de Direito, v. 7, n. 2, p. 174-268, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais. 11ª Edição. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. 4a Ed. ampl. São Paulo, Saraiva, 2015.

SARMENTO, Daniel. A ponderação de interesses na Constituição Federal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Normas tributárias indutoras e intervenção econômica. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SILVA, Edson Ferreira da. Direito à Intimidade. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 25a Edição. São Paulo, Malheiros, 2005.

SILVA, Paulo Roberto Almeida e. Evolução jurisprudencial pelo STF e a quebra de sigilo bancário pelos Órgãos Tributários. Conteudo Juridico, Brasília-DF: 25 maio 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.55969&seo=1>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

SOUSA, Rubens Gomes de. Pareceres 1: Imposto de Renda. Coordenação: IBET, Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Ed. póstuma. São Paulo: Ed. Resenha Tributária, 1975.

SOUZA, Hamilton Dias de. Sigilo bancário e direito à liberdade. Revista Tributária e Finanças Públicas. v. 30. Jan. 2000.

SOUZA, Mayara Mariano Alves de. O acesso direto pela administração tributária aos dados bancários do contribuinte como instrumento de realização da justiça fiscal. 2015. 64 f. Monografia (Bacharelado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

TÔRRES, Heleno Taveira (coord.). Tributação nos Mercados Financeiro e de Capitais e na Previdência Privada. São Paulo, Quartier Latin, 1ª ed., 2005.

VITAL, João Maurício. História da Administração Tributária e Aduaneira no Brasil: de 1500 à Receita Federal. In Revista de estudos tributários e aduaneiros da Receita Federal. Ano 1. nº 1 (ago./dez 2014). Brasília-DF: Secretaria da Receita Federal do Brasil, 2014.

WALD, Arnold. O sigilo bancário no projeto de lei complementar de reforma do sistema financeiros e na lei complementar n. 70, in Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas 1/196, 1992

WALD, Arnoldo. “Sigilo Bancário e os Direitos Fundamentais”. In: WALD, Arnoldo (org.). Doutrinas Essenciais: Direito Empresarial: Direito Bancário. São Paulo, Revista dos Tribunais, v. 7, 2011, p. 838.

WALD, Arnoldo. O sigilo bancário no Projeto de Lei Complementar de reforma do sistema financeiro e na Lei Complementar nº 70. Separada da Revista de Informação Legislativa, nº 116, out-dez;1992.

WALD, Arnoldo. Sigilo bancário e direitos fundamentais. Revista Tributária e Finanças Públicas. v. 7. Jan. 1988

WALD, Arnoldo; HAGSTROM, Carlos Alberto. A defesa da concorrência e o Sistema Financeiro: a indivisibilidade do poder monetário. In Direito Concorrencial.

YAZBEK, Otavio. Crise, inovação e regulação no mercado financeiro – considerações sobre a regulamentação do mercado de derivativos de balcão, disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1041837/mod_resource/content/1/YAZBEK%20-%20Derivativos%20balcao%20-%202011.pdf. Acessado em 15.12.2016.

YAZBEK, Otavio. Regulação do mercado financeiro e de capitais. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.